

Recebimento: 01/02/2021

Aceite: 19/04/2021

TERRITÓRIO, TERRITORIALIZAÇÃO E TERRITORIALIDADE: PROPOSTA DE AVANÇO DE CHAVES TEÓRICAS PARA A ANÁLISE DA(S) DINÂMICA(S) DAS CIDADES

TERRITORY, TERRITORIALIZATION AND TERRITORIALITY: PROPOSAL FOR THE ADVANCE OF THEORETICAL KEYS FOR THE ANALYSIS OF THE DYNAMICS(S) OF CITIES

Mateus Pires Martins¹
Priscilla Borgonhoni Chagas²

Resumo

O presente trabalho tem por objetivo apresentar possibilidades de análise da(s) dinâmica(s) territorial(is) das cidades a partir de chaves teóricas que conjugam categorias como afeto, poder, segregação, resistência e contradição. Para tal, é apresentado um debate teórico que investiga a articulação da territorialização (processo de apropriação e dominação, concreta ou simbólica) e das territorialidades (identificação e pertencimento, materiais ou simbólicos, das pessoas com o território) dos atores sociais, com as chaves teóricas propostas. Discussões pujantes sobre a temática território vem sendo realizadas em diversas áreas de estudo, as quais têm contribuído para a compreensão das transformações do espaço urbano em territórios, fruto das relações sociais, dentro da dinâmica da cidade. Pretende-se propor um avanço teórico na abordagem territorial que possa subsidiar e contribuir nas discussões e análises desse importante campo de estudos. A proposta aqui apresentada visa a ampliar possibilidades de novos olhares sobre a organização e gestão das cidades.

Palavras-Chave: Território. Poder. Resistência. Contradição. Segregação.

Abstract

The present work aims to present possibilities of analysis of the territorial dynamics (s) of cities based on theoretical keys that combine categories such as affection, power, segregation, resistance and contradiction. To this end, a theoretical debate is presented that investigates the articulation of territorialization (process of appropriation and domination, concrete or symbolic) and territorialities (identification and belonging, material or symbolic, of people with the territory) of social actors, with the keys theoretical proposals. Strong discussions on the theme of territory have been held in several areas of study, such as which have contributed to the understanding of the transformations of urban space in territories, as a result of social relations, within the dynamics of the city. It is intended to

¹ Mestrando em Administração pela Universidade Estadual de Maringá, Maringá – PR, Brasil. E-mail: mateus_pires@hotmail.com

² Doutora em Administração pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). Professora da Universidade Estadual de Maringá, Maringá – PR, Brasil. E-mail: priscillabchagas@gmail.com

propose a theoretical advance in the territorial approach that can subsidize and contribute to the discussions and analyzes of this important field of studies. The proposal presented here aims to expand possibilities for new perspectives on the organization and management of cities.

Keywords: Territory. Power. Resistance. Contradiction. Segregation.

Introdução

Os estudos sobre território têm ganhado força frente às transformações espaciais que refletem as relações políticas, econômicas, simbólicas e culturais, reveladas nas tramas diárias dos indivíduos na cidade (FERREIRA, 2014). Cidade que é estudada e problematizada de diferentes formas a partir de discussões interdisciplinares, sendo um tradicional objeto de investigação de profissionais das mais diversas áreas do conhecimento. Assim, a dinâmica da cidade compreende mais que uma face, isso significa que ela pode ser assimilada por meio da sua organização espacial e funcional, tal como sua gestão formal, práticas organizativas e sua configuração física e territorial. Dessa forma, a cidade pode ser compreendida não apenas como um espaço com fronteiras claramente definidas, mas como um território com múltiplos territórios que revelam relações marcadas pelo poder.

Segundo Haesbaert (2004), o conceito de território é um dos principais adotados para compreender a relação entre a sociedade e seu espaço e, nessa perspectiva, a compreensão da cidade como um território (ou como um conjunto de múltiplos territórios) permite analisar suas conexões espaciais e sociais, e tratá-la como espaços das relações sociais e conflitos entre os diversos agentes que a compõem.

Nesse ensejo, a discussão que se segue propõe um debate teórico sobre como o aporte de território permite uma argumentação articulada pelas chaves teóricas do afeto, poder, segregação, resistência e contradição. Toda a discussão é intermediada por essas chaves teóricas que se conectam ao conceito de território e permitem uma ampla análise acerca dos processos de apropriação e dominação dos espaços urbanos.

Assume-se aqui que o território é fruto da ação dos atores sociais, os quais dominam e apropriam os espaços, transformando-os em território, o que se dá a partir das relações de poder entre os atores sociais (HAESBAERT, 2004, 2005, 2007, 2007a). Ao habitar um espaço e tomar consciência, as pessoas o transformam em um território (HAESBAERT, 2007).

Haesbaert (1994, 2004, 2005, 2007a) defende que o território envolve simultaneamente materialidade e simbolismo. Desta feita, o território é entendido como um espaço delimitado e controlado que é repleto de apropriações identitárias e representativas. “O território, imerso em relações de dominação e/ou de apropriação [...] desdobra-se ao longo de um *continuum* que vai da dominação [...] mais concreta e funcional à apropriação mais subjetiva” (HAESBAERT, 2004a, p. 95-96). Ambas, em qualquer situação, envolvem relação de poder, seja ela a mais explícita de dominação, ou a mais implícita de apropriação (HAESBAERT, 2005).

Portanto, considerando que as relações de poder estão estabelecidas essencialmente nas relações sociais, são as relações sociais que condicionam e constituem o território (HAESBAERT, 1994). Assim, o território precisa ser entendido na multiplicidade de poderes relacionais nele incorporados pelos agentes sociais envolvidos (HAESBAERT, 2005).

Saraiva, Carrieri e Soares (2014) argumentam que nenhum processo de territorialização é neutro. As relações sociais não são isentas, pelo contrário, elas possuem intencionalidade e por isso, as configurações espaciais diferenciam-se conforme os grupos sociais que as dominam (ARAÚJO, 2010; FERNANDES, 2005; FISCHER, 2010). Como afirma Haesbaert (2007a, p. 23), as “relações de poder têm no espaço um componente indissociável tanto na realização de funções quanto na produção de significados”.

Quando um indivíduo ocupa um determinado espaço, ele desenvolve ações de dominação nesse espaço, em outras palavras ele transforma-o num território e exerce dominação territorial. Esses comportamentos territoriais dos atores sociais, utilizados para construir, comunicar, manter e restaurar o território, se chocam com as ações e estratégias dos outros atores, em diversas relações de poder e resistência (COIMBRA; SARAIVA, 2013; FISCHER, 2010; RAFFESTIN, 1993).

Cabe aos atores sociais tomar consciência do mundo em que estão inseridos para entender como o território os afeta. Isso quer dizer, entender como as (i)materialidades do território influenciam (afetam) os atores sociais, excluindo-os ou permanecendo-os no território. Essa categoria fica bem evidente na definição de território defendida por Haesbaert (2007), ao afirmar que ao habitar um espaço e tomar consciência, as pessoas o transformam em um território. A (i)materialidade pode afetar na medida em que constrange as pessoas que não se ajustam aos padrões, ao mesmo tempo que aconchega aqueles que se identificam com o território.

Os atores sociais ressignificam os espaços concedendo-lhes identidade e características de pertencimento. Portanto, as formas de poder intrínsecas as relações sociais, para além das dimensões econômicas e políticas, também envolvem laços subjetivos, identitários, afetivos, simbólicos e culturais (ALCADIPANI; ALMEIDA, 2000; FISCHER, 2010; HAESBAERT, 1997; MACALLISTER, 2003; PEREIRA; CARRIERI, 2005; PICHETH; CHAGAS, 2018; SARAIVA; CARRIERI; SOARES, 2014).

Existem interesses dos grupos dominantes de um território em garantir a coesão das práticas e identidades (HAESBAERT, 2009; 2012). Os atores sociais se apropriam de um espaço (territorializam) através de alianças, buscando promover o consumo, controlar o espaço e também outros grupos sociais (HAESBAERT, 2012). Ação que segrega e escancara as contradições da cidade.

Assim, afetados pela hegemonia capitalista (HONORATO; SARAIVA, 2016; IPIRANGA, 2010; VIEGAS; SARAIVA, 2015), os atores sociais sistematizam esses afetos em poder, resistência e segregação. Quando os territórios constroem as pessoas (afetam), “dizendo-os” que não são “adequados” para aquele local, os atores sociais através dos seus poderes, resistem, lutam. Eles criam práticas subversivas, contraditórias as resistências impostas ocupando territórios alternativos, que são fissuras dessa homogeneização (HONORATO; SARAIVA, 2016; PAULO, 2019; SOUZA, 2010). São os casos das invasões, das favelas, dos ativismos e movimentos sociais, os quais se utilizam das territorializações para ocupar e controlar espaços como forma de resistência aos poderes hegemônicos (ROLNIK, 1995; SOUZA, 2009, 2010).

A territorialização dos espaços, tomados como territórios, representam as contradições e os conflitos das relações sociais, por meio das forças e poderes dos agentes. Essa ação segrega e divide aqueles que podem e aqueles que não podem frequentar determinados territórios, segregando o espaço através das diferenciações econômicas, políticas e sociais (CARLOS, 2007a). Tem-se como exemplo os processos de higienização e revitalização, que se dão com extrema violência e segregam tudo o que não combina com os interesses hegemônicos (SOUZA, 2010).

As cidades passam a ser verdadeiros territórios, sustentados pelas relações de poder entre os atores sociais e através dos espaços citadinos que são apropriados concreta e simbolicamente pelos agentes (HAESBAERT, 2009). Tudo isso segrega e exclui os menos afortunados para espaços distantes dos centros urbanos, restando a estes, a resistência em ocupar territórios alternativos (PAULO, 2019).

Essa separação territorial nas cidades não é unicamente material e delimitada em fronteiras, mas uma mistura das dimensões espaciais e representativas. Componente dos territórios, a territorialidade controla, separa e distingue os indivíduos por meio da identidade (HAESBAERT, 2004). A instituição de uma sociedade do espetáculo, onde as pessoas compram mais pela representação simbólica do que pela funcionalidade, confirmam como o simbolismo territorial invade as relações sociais nas identidades e representações, utilizando-se de discursos moldados conforme interesse das classes hegemônicas para privilegiar alguns poucos (BRETAS; SARAIVA, 2013; HAESBAERT, 2007).

Ao estudar os processos de territorialização na cidade, pode-se compreender quem está e quem não está em determinados territórios e como as classes hegemônicas se apropriam de determinados espaços. É a partir desses dilemas e problemas sociais frutos dos processos de territorialização que se pode entender as ações em que o território é empreendido (HAESBAERT, 2009).

Dessa maneira, neste trabalho parte-se do pressuposto de que a cidade é desigual, segregada e contraditória, em que o espaço urbano é marcado pela luta, resistência e disputa de diversos agentes sociais. Os rejeitados resistem às segregações impostas por meio de formas alternativas de ocupação, enquanto os atores dominantes resistem às novas formas que colocam em risco o seu controle. Parte-se também da concepção de que o território, a territorialização e a territorialidade, se dão pelas relações sociais repletas de poderes afetivos, identitários, simbólicos, políticos, econômicos, culturais, materiais e imateriais.

Ao debater aqui, de maneira introdutória, a sistematização dos conceitos de território, percebe-se como as chaves teóricas do afeto, do poder, da segregação, da resistência e da contradição se evidenciam explícita ou implicitamente na argumentação. Os atores sociais são afetados pelos territórios, e o disputam através das relações de poder, numa resistência entre os atores. Ação que marca a contradição das relações sociais e confirma a segregação espacial.

Sendo assim, o presente trabalho tem por objetivo apresentar possibilidades de análise da(s) dinâmica(s) territorial(is) das cidades a partir de chaves teóricas que conjugam categorias como afeto, poder, segregação, resistência e contradição. Pretende-se, assim, discutir possibilidades de análise da(s) dinâmica(s) territorial(is) das cidades a partir de da mediação das chaves teóricas e categorias mencionadas acima.

A realização da corrente pesquisa justifica-se pela ligação da dinâmica hegemônica da cidade, seus dilemas e problemas, resultantes dos processos de territorialização (HAESBAERT, 2009). As cidades são organizações constituídas de diversas organizações, em outras palavras, a cidade é um grande território, constituído de diversos territórios, repletos de poder, contradições, afetos, simbolismos, resistências, segregações e representações.

Dessa forma, a proposta aqui apresentada visa ampliar possibilidades de novos olhares sobre a organização e gestão das cidades ao discutir as antíteses e contradições da cidade em sua dinâmica territorial, através das territorializações e das territorialidades. A discussão aqui proposta é estritamente teórica, no entanto, poderá servir de apoio para análises empíricas de trabalhos futuros que tomem como base o conceito de território. O presente trabalho está estruturado em três seções, além dessa introdução. A seguir são discutidos os conceitos de território, territorialização e territorialidade. Na terceira seção articulam-se os debates sobre território, afeto, poder, segregação, resistência e contradição com os conceitos anteriormente debatidos. Na quarta parte são tecidas as considerações finais do trabalho.

Território, territorialização e territorialidade

A origem da palavra território pode ter duas atribuições. Ela vem do latim *territorium* que deriva da palavra terra, significando uma dominação jurídica e política do uso da terra. Mas também tem relação com *terreo / territor* (terror/aterroizar), referindo-se à dominação, imposição, terror, medo, dos agentes hegemônicos sob os hegemonizados no privilégio de usufruir o território por intermédio da apropriação (ALMEIDA, 2014; FERREIRA, 2014; HAESBAERT, 2005, 2007; OLIVEIRA et al., 2019).

O conceito contempla o dinamismo, as contradições, as relações de poder, as identidades, afetividades, as redes de circulação e comunicação (ANDRADE, 1998; FERREIRA, 2014; OLIVEIRA et al., 2019; PICHETH; CHAGAS, 2018; SAQUET, 2007, 2010, 2013; SAQUET; BRISKIEVICZ, 2009). A definição de território se alterou a partir das reflexões sobre as relações de poder, quando houve uma superação da chamada geografia clássica (SAQUET, 2009, 2015).

Claude Raffestin (1993) teve muita importância nesse período, e o poder foi plano de fundo do seu conceito. Seu trabalho, influenciado pelas discussões de Foucault (1979), trata o território como forma de poder relacional. Para além da dimensão tangível e concreta, o território liga-se também a um campo de força que se projeta no espaço em diferentes escalas, seja ela a casa, o trabalho, o bairro, a cidade, a região ou o país (RAFFESTIN, 1993).

Para Raffestin (1993), os atores são dotados de um poder relacional onde suas estratégias de produção se chocam entre si, isto é, o território não é somente aquele das fronteiras guarnecidas pelo estado, num poder que vem de cima para baixo, mas um território interespaçial de poder. Poder disciplinar, que vem das relações microfísicas, do lado, de baixo, de cima, às margens no estado, em diferentes graus, momentos e lugares (AMBROZIO, 2013).

Rogério Haesbaert (1994) é um autor brasileiro que influenciado pelas premissas de Raffestin (1993), desenvolve um importante aporte teórico acerca do território. Ele expõe uma concepção de território numa abordagem integradora. O autor entende o território como um híbrido entre as dimensões materiais e idealistas, envolvendo os aspectos culturais e políticos. Para ele, as relações de poder estão estabelecidas essencialmente nas relações sociais, assim, são as relações sociais que condicionam e constituem o território (HAESBAERT, 1994).

Ao habitarem um espaço e tomarem consciência, os atores sociais o transformam em um território (HAESBAERT, 2007), logo, o território compreende tanto a identificação quanto apropriação (ANDRADE, 1998, CARA, 1998). É preciso entender, portanto, que essa tomada de consciência dos atores sociais está relacionada diretamente ao afeto. O próprio Haesbaert (1997)

defende a característica afetiva dos territórios. Os atores sociais são afetados pela hegemonia capitalista (HONORATO; SARAIVA, 2016; IPIRANGA, 2010; VIEGAS; SARAIVA, 2015), e ao serem afetados, sistematizam esses afetos em poder, resistência e segregação. Em outras palavras, os atores sociais são influenciados (afetados) pelas (i)materialidades e conscientizam-se entre apropriar/permanecer ou excluir-se de determinado território.

A ação dos atores sociais se concretiza na cidade. Existe uma segregação material, repleta de significações, que é consequência dessas apropriações dos espaços citadinos. Há o bairro das mansões, o boêmio, o industrial, o proletário, os condomínios fechados, os locais com infraestrutura adequada e os espaços de resistência (ROLNIK, 1995). Portanto, a ocupação da cidade é territorial. Isso quer dizer que o território é ao mesmo tempo funcional e simbólico, haja vista a concomitância da realização das funções e a produção simbólica, ou seja, a construção do território é envolvida por simbolismos e relações culturais (HAESBAERT, 2004, 2007), as quais afetam diretamente os atores sociais.

Ao considerar, além da dominação/apropriação política, a dominação/apropriação simbólica, Haesbaert (2004) fortalece o debate sobre o papel da produção identitária e afetiva nos territórios. Confirma-se o território como elemento dinâmico, repleto de dimensões complementares, e não apenas como palco cultural (VALE, SAQUET; SANTOS, 2005). Como bem afirmou Haesbaert (2004), o território é uma mistura de espacialidade, relações sociais, representações, poder, movimento e fluidez, logo, é primordial uma leitura integradora das relações de domínio e apropriação.

O território está envolto de poderes relacionais nele incorporados pelos agentes sociais envolvidos (HAESBAERT, 2005). Poder relacional que depende diretamente da organização espacial e simbólica (SOUZA, 1995). Assim, o território relacional não está constituído apenas nas relações históricas e sociais, mas também na complexa relação entre o social e o material. Além de que, como defendeu Haesbaert (2004), considerar apenas aspectos relacionais ou materiais, reduz a uma visão simplista de território, caindo no erro de considerar unicamente a estabilidade, delimitação, fronteiras, ou somente o movimento, o fluxo.

O território envolve tanto a dimensão espacial e concreta das relações sociais, quanto as representações sobre o espaço que o dá fluidez e movimento (HAESBAERT, 2004). Verifica-se, assim, que as relações espaciais de poder, também são produtoras de identidade e de alguma forma, afeta, segrega, classifica, separa, controla e distingue os indivíduos e grupos sociais (HAESBAERT, 2004).

A questão é que, assim como Haesbaert (2009), é necessário entender que a maior parte dos processos de territorialização dentro do capitalismo privilegiam a sociedade do espetáculo e do consumo, repleto de materialidades e simbolismos. O território é, portanto, um domínio politicamente estruturado e apropriado (material e simbolicamente) por grupos de interesse, que através de alianças, agem, controlam e segregam outros grupos sociais (HAESBAERT, 2012).

É a partir das problemáticas envolvidas nos processos de territorialização, que se pode compreender os dilemas e as ações em que o território é empreendido (HAESBAERT, 2009). Como propõe Souza (1995) mais que as características geográficas, o que se produz, ou quais as identidades do grupo social e seu território (esses itens não deixam de ser importantes para o autor), é discutir “quem domina ou influencia e como domina ou influencia esse espaço? [...] quem domina ou influencia quem nesse espaço, e como?” (SOUZA, 1995, p. 78-79).

A compreensão dos processos de territorialização permite entender quem está nos territórios e quem não está, possibilita entender a segregação e contradição cidadina, permite compreender quem apropria e domina esses espaços, e principalmente, como a dinâmica urbana “aceita” certas pessoas no espaço e retira outras. Pode-se pensar a cidade a partir deste prisma, buscando compreender como as classes hegemônicas se sentem afetadas e tomam consciência de que são uma categoria distinta para se apropriar dos espaços citadinos.

Os agentes do território desejam coesão de identidades e práticas através da apropriação e ordenamento político, porém, existe um caráter (des)(re)territorializador dos fluxos e das redes de circulação, que ao segregar, abrem margem para novas formas de ocupação da cidade (HAESBAERT, 2012). Assim, o agenciamento hegemônico cria imagens discursivas que legitimam esse processo territorializador dentro da cidade, num campo onde se travam as lutas, resistências e conflitos através das práticas sociais (SANCHÉZ, 2001).

Essas ações intervencionistas reforçam a segregação da cidade em territórios, criando espaços de dominação, impostos pela constante vigilância e controle por meio dos valores e

comportamentos (CARLOS, 2015), expulsando e segregando os demais para as periferias, nas escalas dos oprimidos e suas táticas de resistência cotidiana expressas espacialmente (SOUZA, 2009).

São os exemplos dos ativismos sociais e os movimentos sociais emancipatórios, como territórios dissidentes e expressões de práticas espaciais insurgentes (SOUZA, 2009). Conforme aponta Souza (2009), esses movimentos de resistência estão pautados em práticas espaciais e ações de territorialização. Territorializações essas que são de curta duração e cheias de instabilidade, visto o confronto desproporcional com as outras forças de poder, por exemplo o Estado. Quando um prédio é ocupado, ou quando uma rua é bloqueada por uma organização de sem-teto, as pessoas ficam expostas ao risco de despejo e da violência.

Assim, Haesbaert (2004, 2009) argumenta que o poder está vinculado aqueles que controlam a mobilidade e os fluxos. E já aqueles que não detém esse controle, mas que também exercem poder, sofrem com as tentativas de imobilização e contenção (HAESBAERT 2004, 2009). Contenção foi o termo usado pelo autor, justamente para mostrar a ambiguidade envolvida nas novas formas de territorialização. São por exemplo, os casos dos muros, cercas e legislações restritivas aos fluxos migratórios, que se espalham pelo mundo numa tentativa de exclusão, mas que sempre envolvem a impossibilidade total da reclusão, já que os contidos encontram vertedouros por onde possam transpassar (HAESBAERT, 2009).

Num mundo cada vez mais globalizado, as barreiras físicas de contenção são propostas para controlar o “fluxo de pessoas, [...] de ‘criminosos’ [...] em nome de discursos [...] pautados no medo [...] dos pobres, ‘classes perigosas’, [...] frente às [...] ‘ameaças’, ou ‘riscos’ imputados ao Outro, ao diferente, [...] que deve permanecer ‘do outro lado’” (HAESBAERT, 2009, p. 114). Como se num mundo fluido como o nosso, o ‘outro lado’ pudesse efetivamente ser discernível entre ‘nós’ e os ‘outros’, ou entre os ‘normais’ e ‘anormais’ (HAESBAERT, 2009).

É importante perceber a contradição desse processo extremamente violento. Ao mesmo tempo que os atores sociais desejam conter o diferente, eles também são contidos. Quando alguns se retiram para condomínios fechados, acabam contidos em seus distritos residenciais de acesso controlado (HAESBAERT, 2009), ou seja, as territorializações que objetivam conter o outro, na verdade, contêm os próprios territorializadores. E mais do que isso, o “outro” está cada vez mais presente no “nosso” território. Ele sempre encontra novos vertedouros e novos caminhos (HAESBAERT, 2009). Em outras palavras, não serão as territorializações autoritárias e segregacionistas de contenção que irão impedir os “contidos” de resistir e de acharem uma saída frente a essa lógica contraditória e violenta, mesmo quando essas práticas de resistência estiverem repletas de risco e insegurança (HAESBAERT, 2009).

Assim, as relações de poder, a segregação, as contradições e as resistências envolvidas nos processos de (des)(re)territorialização dos espaços citadinos. Isso permite a compreensão de que a cidade pode ser entendida como um território em diferentes escalas, onde as organizações também são territórios, repletos de poder, contradições, afetos, simbolismos, resistências, segregações e representações.

Para tanto, compreender quem está no território e quem não está, possibilita entender quem apropria e domina esse espaço, suas contradições, os poderes e resistências. Como afirma Dallabrida (2020), a noção de território, como uma construção social, histórica e relacional, exige um posicionamento crítico em relação ao desenvolvimento nos arranjos espaciais que compõem os diferentes recortes territoriais. Para Haesbaert (2007), ao habitar um espaço e conscientizar-se disso, os indivíduos o transformam em um território, liga-se diretamente com as categorias teóricas do afeto, poder, segregação, resistência e contradição. Por isso, na próxima seção, são elucidadas as chaves teóricas e os possíveis elementos de análises com base nos pressupostos de território aqui debatidos.

Território, afeto, poder, segregação, resistência e contradição

O território é um dos principais conceitos para responder a problemática da relação entre sociedade e espaço (HAESBAERT, 2007), e para tal, precisa ser trabalhado com base nos sujeitos que exercem poder, controlam e segregam os espaços (HAESBAERT, 2007a). Por isso, estudar o processo de territorialização (dominação e apropriação) envolve considerar as múltiplas manifestações de poderes por meio dos múltiplos atores sociais envolvidos, suas lutas, resistências, afetividades, consciência e contradições (HAESBAERT, 2007a).

Ao sistematizar os conceitos de território, territorialização e territorialidade, categorias de mediação foram utilizadas. Elas balizaram as discussões e apareceram explícita ou implicitamente

na argumentação. Essas categorias são as chaves teóricas da pesquisa, e por isso, estão elencadas a seguir.

A primeira chave teórica é o afeto. A questão é entender como as pessoas são afetadas pelo território. O estudo pretende entender como as (i)materialidades do território influenciam os atores sociais, excluindo-os ou permanecendo-os no território. Os atores sociais tomam consciência do mundo em que estão inseridos para entender como o território os afeta.

A segunda chave teórica, que também está atrelada a todas as outras, é o poder. Como afirma Raffestin (1993), todas as ações dos atores sociais são marcadas pelas relações de poder, um poder que não vem só de cima, mas de baixo para cima, em diferentes graus e lugares. Assim, o poder é inerente às relações sociais, e está por trás das apropriações e dominações, que condicionam e constituem o território (HAESBAERT, 1994).

Esta chave teórica relaciona-se com a da resistência. Os rejeitados resistem às condições impostas, nessa constante relação de poder entre os atores sociais (BOTELHO, 2005; LEITE, 2008; SOUZA, 2010). É importante destacar que a resistência tem sentido duplo. Ela também acontece por parte dos grupos dominantes, os quais resistem às novas formas de ocupação para garantir a sua hegemonia.

Os atores sociais através dos seus poderes, resistem, lutam, quando os territórios os constroem (afetam), “dizendo-os” que não são “adequados” para aquele local. Eles criam práticas subversivas, que combatem às resistências impostas, ocupando territórios alternativos, fissuras dessa homogeneização (HONORATO; SARAIVA, 2016; PAULO, 2019; SOUZA, 2010). São os casos das invasões, das favelas, dos ativismos e movimentos sociais, os quais se utilizam das territorializações para ocupar e controlar espaços como forma de resistência aos poderes hegemônicos (ROLNIK, 1995; SOUZA, 2009, 2010). Territorializações essas que são de curta duração, cheias de instabilidade, e que acontecem nas mais diferentes escalas e temporalidades. Ainda assim, se confirmam como um importante movimento social emancipatório (SOUZA, 2009).

Por fim, as últimas chaves teóricas são segregação e contradição. A territorialização dos espaços, tomados como territórios, representam as contradições e os conflitos das relações sociais, por meio das forças e poderes dos agentes. Essa ação segrega e divide aqueles que podem e aqueles que não podem frequentar determinados territórios, segregando o espaço através das diferenciações econômicas, políticas e sociais (CARLOS, 2007).

Tem-se como exemplo os processos de higienização e revitalização, que se dão com extrema violência e segregam tudo o que não combina com os interesses hegemônicos (SOUZA, 2010). Como argumentam Honorato e Saraiva (2016, p. 179): “como falar em uma ‘cidade para todos’ quando não há espaço para quem já vive nela? Como mostrar uma cidade ‘bela’ segundo padrões de estética definidos por uma elite quando a população que nela vive é, em si mesma, distinta desse padrão?”.

O Quadro 1, a seguir, contempla uma sistematização e elenca os possíveis elementos de análise dessas chaves de mediação articuladas ao conceito de território, territorialização e territorialidade.

Quadro 1: Conceitos, chaves teóricas e possíveis elementos de análise

| Conceito | Chaves teóricas e possíveis elementos de análise |
|-------------------|--|
| Território | <p>AFETO O papel do território dentro da dinâmica social da cidade;</p> <p>PODER/RESISTÊNCIA A dimensão Econômica do território; A dimensão Política do território, por meio do controle e delimitação; A dimensão Cultural do território, por meio do significado; A dimensão Natural, por meio da disposição da natureza para atender os interesses dos atores sociais;</p> <p>SEGREGAÇÃO/CONTRADIÇÃO O território, seu entorno e a cidade;</p> |
| Territorialização | <p>AFETO A representação e simbolismo do território para os atores sociais;</p> <p>PODER/RESISTÊNCIA A organização espacial no exercício de poder, identidade e controle; Quem domina o território, e como? O controle das pessoas, fluxos e mercadorias no território;</p> <p>SEGREGAÇÃO/CONTRADIÇÃO As coesões e fragmentações do território; A dinâmica de utilização do território pelos atores sociais;</p> |
| Territorialidade | <p>AFETO A identificação dos atores sociais com o território;</p> <p>PODER/RESISTÊNCIA Controle simbólico do território por meio da identidade;</p> <p>SEGREGAÇÃO/CONTRADIÇÃO Os valores, aparências, comportamentos, classes, cores, gêneros dos atores sociais como forma de controle e separação;</p> |

Fonte: Elaborado pelo autor (2021).

A chave teórica denominada afeto está atrelada à representação e ao simbolismo que o território tem para os atores sociais. Em outras palavras, o que os aspectos materiais representam para os agentes. Lembrando sempre que a representação já é uma forma de apropriação. Assim pode ser operacionalizada constatando se as pessoas se identificam com o território ou não, se elas se sentem representadas por ele ou não, se elas se identificam com os demais atores sociais que estão ali ou não, ou seja, como e por que os atores sociais sistematizam os afetos.

Questionamentos sobre como a identidade determina quem pode estar ou não no território, o significado de ter ou não acesso ao território, como o território está organizado e sua relação com a cidade, permitem entender como o território afeta os atores sociais. Por exemplo, como a territorialidade dos sujeitos vinculam-se e refletem a materialidade do local, onde se instala cada ator social, quais suas estratégias, como eles interagem e conversam. O pesquisador deve também observar como a dimensão material e a dimensão ideal são utilizadas como forma de dominação explícita (material) e apropriação implícita (imaterial) como forma de poder para afetar, conter e controlar os atores sociais.

As chaves teóricas do poder e da resistência podem ser trabalhadas explorando quais os atores sociais que estão no território, qual a sua atuação e como se relacionam entre si, se formam alianças, quem domina quem, por que e como. Também explorando a organização espacial do território no exercício de poder, resistência, identidade e controle, como reflexo dos aspectos

culturais, políticos, econômicos e naturais do território. Assim como, entendendo a materialização das representações e aspectos simbólicos no controle e na resistência das pessoas, dos fluxos e das mercadorias.

A forma como o território está organizado, quais as fronteiras (explícitas ou implícitas), como as pessoas estão vestidas, o que consomem, quais seus comportamentos, suas funções, inter-relações, e quais os interesses no território, são formas de identificar as estratégias de poder entre os atores sociais e como são exercidos. Além disso, deve o pesquisador perceber a identidade como instrumento de poder; quem delimita e controla o espaço, e como; o que significa frequentar o território; o território enquanto forma de ganhar dinheiro, e a natureza utilizada como forma de poder e resistência.

Já a contradição e a segregação podem ser compreendidas por meio das organização (i)material e espacial do território. Percebendo as hierarquias, fragmentações e divisões do território e suas utilizações, onde se encontra cada ator social e por que, as interações entre eles. É possível perceber e identificar as coesões e as fissuras do território, os valores, aparências, comportamentos, classes, cores, gêneros, sempre como forma contraditória de controle, separação, segregação.

A utilização destas chaves teóricas abre margem para novas possibilidades de olhares sobre a organização e a gestão das e nas cidades, através da compreensão dos processos de territorialização dos espaços citadinos. São categorias que permitem entender a cidade como um território de diferentes escalas, e principalmente, como a dinâmica urbana “aceita” certas pessoas no espaço e retira outras.

Estudar os processos de territorialização é uma forma de debater quem está nos territórios e quem não está, quem apropria e domina os espaços citadinos. Na dinâmica hegemônica da cidade, as organizações são territórios, repletos de interesses, poderes, disputas, resistências, afetos, problemas e antíteses. Por esse motivo nos dedicamos neste trabalho em apresentar novas oportunidades de análise da(s) dinâmica(s) territorial(is) das cidades a partir de chaves teóricas que conjugam categorias como afeto, poder, segregação, resistência e contradição.

Considerações finais

O presente trabalho tem por objetivo apresentar possibilidades de análise da(s) dinâmica(s) territorial(is) das cidades a partir de chaves teóricas que conjugam categorias como afeto, poder, segregação, resistência e contradição. Com base nos pressupostos de Haesbaert (1994) de que o território é um híbrido entre as dimensões materiais e simbólicas, estabelecido e condicionado pelas relações de poder entre os atores sociais e de Haesbaert (2007) que ao habitar um espaço e tomar consciência, os atores sociais o transformam em um território, foi possível a construção de uma argumentação de que os atores sociais, ao serem afetados pelas (i)materialidades, sistematizam esses afetos em poder, resistência e segregação, num processo contraditório.

Essas chaves teóricas sempre estiveram implícitas ou explicitamente presentes dentro das argumentações que tomam o território como base teórica, no entanto, desvendá-las e explanar sobre possíveis elementos de análises mostra-se um avanço teórico que pode possibilitar olhares alternativos sobre as cidades. Não se buscou determinar e nem mesmo limitar este amplo conceito a estas chaves de intermediação sugeridas. Mas sim, propor um debate sobre esses conceitos que se mostram importantes para entender os dilemas e contradições que os processos de territorialização revelam.

Os atores sociais, ao territorializar os espaços, desejam coesão de práticas e identidades, porém, esse processo abre margem para novas formas de ocupação dos espaços citadinos. A cidade passa a ser um campo de lutas, disputas, resistências, onde os agentes sociais atuam por meio de práticas socioespaciais conforme seus interesses.

As cidades passam a ter verdadeiros territórios, em diferentes escalas, através da apropriação e dominação dos espaços urbanos. Num domínio que envolve fronteiras não necessariamente materiais, mas representativas e identitárias. Nesse sentido, ao entender a cidade como um território, composto por múltiplos territórios, se avança na discussão das conexões socioespaciais (i)materializadas nas transformações dos espaços urbanos em territórios, dentro da dinâmica cidadina.

A proposta aqui apresentada visa a ampliar possibilidades de novos olhares sobre a organização e gestão das cidades, que pode corresponder a uma fuga dos esquemas de classificação baseados na lógica hegemônica. Dessa maneira, confere-se que a abordagem territorial é um caminho para se compreender, por exemplo, os conflitos e as relações de poder travadas entre os distintos atores

sociais que compõem as cidades. Sendo assim, acredita-se que o estudo contribui com uma abordagem ampla, ao explanar sobre elementos que podem ser considerados no desenvolvimento territorial urbano. Destaca-se, no entanto, a importância de estudos empíricos que se embasam nas perspectivas teóricas trabalhadas nesta pesquisa.

Por fim, como sugestão para trabalhos futuros, acredita-se na análise de fenômenos urbanos brasileiros recentes à luz dos conceitos e chaves teóricas aqui discutidos, porém, partir da percepção dos atores sociais envolvidos é necessário, uma vez que tal olhar possibilita analisar a cidade e os seus processos de apropriação e dominação dos espaços urbanos, considerando-a como palco de lutas e *locus* de manifestações, de forma a torná-la mais justa, acessível e igualitária para todas e todos.

Referências

ALCADIPANI, R.; ALMEIDA, A. O. O feitiço incluiu o feiticeiro: uma análise sobre a implementação de um escritório aberto. In: Encontro Anual da Associação Nacional dos Programas de Pós-Graduação em Administração, 24, 2000, Florianópolis. **Anais**. Florianópolis: ANPAD, 2000.

ALMEIDA, D. R. Mito da desterritorialização: do fim dos territórios à multiterritorialidade. **Revista Formadores: vivências e estudos**, v. 7, n. 1, p. 74-77, jun./2014.

AMBROZIO, J. O conceito de território como campo de poder microfísico. **Revista de Geografia**, v. 3, n. 2, p. 1-10, 2013.

ANDRADE, M. C. Territorialidades, desterritorialidades, novas territorialidades: os limites do poder nacional e do poder local. In: SANTOS, M. SOUZA, M. A. A.; SILVEIRA, M. L. (org.). **Território, globalização e fragmentação**. São Paulo: Hucitec, 1998. p. 213-220.

BOTELHO, T.R. Revitalização de centros urbanos no Brasil: uma análise comparativa das experiências de Vitória, Fortaleza e São Luiz. **Revista Eure**, v. 31, n. 91, p. 53-71, ago/2005.

BRETAS, P. F. F.; SARAIVA, L. A. S. Práticas de controle e territorialidades: um estudo sobre lavadores e flanelinhas. **Gestão.Org.**, Recife, v. 11, n. 2, p. 247-270, maio-set/2013.

CARA, R. B. Territorialidade e identidade regional no Sul da Província de Buenos Aires. In: SANTOS, M.; SOUZA, M. A. A.; SILVEIRA, M. L. (org.). **Território, globalização e fragmentação**. São Paulo: Hucitec, 1998. p. 261-269.

CARLOS, A. F. A. **A cidade**. 8. ed. São Paulo: Contexto, 2007.

_____. A reprodução do espaço urbano como momento da acumulação capitalista. In: **Crise Urbana**, São Paulo: Contexto, 2015.

COIMBRA, K. E. R.; SARAIVA, L. A. S. Territorialidade em uma organização-cidade: o movimento quarteirão do soul. **Gestão & Regionalidade**. v. 29, n. 86, p.34-46, mai-ago/2013.

CORREIA, G. F. A.; COLARES, A. F. V.; SARAIVA, L. A. S. Onde termina o público e começa o privado? Análise da privatização da cultura na Praça da Liberdade em Belo Horizonte. **Acta Scientiarum, Human and Social Sciences**, v. 39, n. 2, p. 109-120, maio-ago/2017.

DALLABRIDA, V. R. Território e governança territorial, patrimônio e desenvolvimento territorial: estrutura, processo, forma e função na dinâmica territorial do desenvolvimento. **Revista Brasileira de Gestão e Desenvolvimento Regional**, v. 16, n. 2, p. 63-78, maio-ago/2020.

FERNANDES, B. M. Movimentos socioterritoriais e movimentos socioespaciais. **Observatório social da América Latina**, Buenos Aires: CLACSO, v. 8, n. 6, p. 273-284, jan-jun/2005.

FERREIRA, D. S. Território, territorialidade e seus múltiplos enfoques na ciência geográfica. **Campo – Território**, v. 9, n.17, p. 111-135, abr/2014.

FISCHER, G. N. Espaço, identidade e organização. In: **O indivíduo na organização: dimensões esquecidas**. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2010.

FOUCAULT, M. **Microfísica do Poder**. Rio de Janeiro: Graal, 1979.

HAESBAERT, R. O mito da desterritorialização e as “regiões-rede”. In: Congresso Brasileiro de Geografia, 5, 1994, Curitiba: AGB, **Anais**, 1994. p. 206-214.

_____. **Des-territorialização e identidade: a rede “gaúcha” no Nordeste**. Niterói, Rio de Janeiro, EdUFF, 1997.

_____. Des-caminhos e perspectivas do território. In: RIBAS A. D.; SPOSITO, E.S.; SAQUET, M.A. **Território e desenvolvimento: diferentes abordagens**. Francisco Beltrão: Unioeste, 2004. p. 87-119.

_____. Da desterritorialização à multiterritorialidade. In: Encontro de Geógrafos da América Latina, 10, 2005, São Paulo: USP, **Anais**, 2005.

_____. Concepções de território para entender a desterritorialização. In: SANTOS, M.; BECKER, B. K. (org.). **Território, territórios: ensaios sobre o ordenamento territorial**. 3. ed. Rio de Janeiro: Lamparina, 2007. p. 43-71.

_____. Território e Multiterritorialidade: um debate. **GEOgraphia**. Rio de Janeiro, v.11, n.17, p. 19-44, mar/2007a.

_____. Dilema de conceitos: espaços-território e contenção territorial. In: SAQUET, M. A.; SPOSITO, E. S. (org.). **Territórios e territorialidades: teorias, processos e conflitos**. São Paulo: Expressão popular, 2009, p. 95-120.

_____. Desterritorialização: entre as redes e os aglomerados de exclusão. In: CASTRO, I. E. DE; GOMES, P. C. DA C.; CORRÊA, R. L. **Geografia: conceitos e temas**. 15. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2012. p. 165-2005.

HONORATO, B. E. F.; SARAIVA, L. A. S. Cidade, população em situação de rua e estudos organizacionais. **Revista Desenvolvimento em Questão**. v.14, n.36, p. 158-186, out-dez/2016.

IPIRANGA A, S. R. A cultura da cidade e os seus espaços intermediários: os bares e os restaurantes. **Revista de Administração Mackenzie**, São Paulo, v. 11, n. 1, p. 65-91, jan-fev/2010.

LEITE, R. P. Localizando o espaço público: gentrificação e cultura urbana. **Revista Crítica de Ciências Sociais**, v.83, p. 35-54, dez/2008.

MAC-ALLISTER, M. Emergência do espaço organizacional para a gestão social. In: Colóquio Internacional sobre Poder Local, 9. Salvador: Escola de Administração: EAUFBA, Salvador, **Anais**, 2003.

OLIVEIRA, A. A.; CHAGAS, P. B; BORGES, W. A; GONÇALVES, J. S. Intervenções urbanas a partir de investimentos do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC): a reterritorialização dos moradores do entorno da obra Contorno Norte de Maringá-PR. **Gestão & Regionalidade**, v. 23, n. 103, p. 278-295, jan-abr/2019.

PAULO, C. F. de O. **(Des)(Re)Territorialização e produção do espaço urbano: um estudo sobre uma ocupação na cidade de Maringá-PR**. 2019. 194 f. Dissertação (Mestrado em Administração) – Universidade Estadual de Maringá, Maringá, 2019.

PEREIRA, D. C.; CARRIERI, A. P. Movimentos de desterritorialização e reterritorialização na transformação das organizações. **RAE Eletrônica**, v.4, n. 1, jan-jul/2005.

PICHETH, S. F.; CHAGAS, P. B. Interfaces entre territorialidade e identidade: analisando as vivências das mães do Grupo Maternati. **Cad. EBAPE.BR**. Rio de Janeiro, v.16, n.4, p.788-801, out-dez/2018.

RAFFESTIN, C. **Por uma geografia do poder**. São Paulo, Ática, 1993.

ROLNIK, R. **O que é cidade**. Coleção Primeiros Passos. Editora Brasiliense. São Paulo, 1995.

SANCHÉZ, F. A reinvenção das cidades na virada do século: agentes, estratégias e escalas de ação política. **Revista de Sociologia e Política**, Curitiba, n.16, p.31-49, jun/2001.

SAQUET, M. A. **Abordagens e concepções de território**. São Paulo: Expressão Popular, 2007.

_____. **Abordagens e concepções de território**. 2ª ed. São Paulo: Expressão Popular, 2010.

_____. As relações de poder e os significados do conceito de território. In: SAQUET, M. A. **Abordagens e concepções de território**. São Paulo: Outras Expressões, 2013. p.27-35.

_____. **Abordagens e concepções de território**. São Paulo: Outras Expressões, 2015.

SAQUET, M. A.; BRISKIEVICZ, M. Territorialidade e identidade: um patrimônio no desenvolvimento territorial. **Caderno Prudentino de Geografia**, v.1, n.31, p.3-16, 2009.

SARAIVA, L. A. S.; CARRIERI, A. DE P.; SOARES, A. DE S. Territorialidade e identidade nas organizações: o caso do mercado central de Belo Horizonte. **Revista de Administração Mackenzie**, v. 15, n. 2, p. 97-126, mar-abr/2014.

SOUZA, M. L. de. O território: sobre espaço e poder, autonomia e desenvolvimento. In: CASTRO, I. El et al. (org). **Geografia: conceitos e temas**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1995.

_____. Território da divergência (e da confusão): em torno das imprecisas fronteiras de um conceito fundamental. In: SAQUET, M. A.; SPOSITO, E. S. (org.). **Territórios e territorialidades: teorias, processos e conflitos**. São Paulo: Expressão Popular, 2009. p. 57-72.

_____. Com o Estado, apesar do Estado, contra o Estado: os movimentos urbanos e suas práticas espaciais, entre a luta institucional e a ação direta. **Revista Cidades**. Presidente Prudente, v.7, n.11, p.13-47, 2010.

VALE, A. L. F.; SAQUET, M. A.; SANTOS, R. A. O território: diferentes abordagens e conceito-chave para a compreensão da migração. **Revista Faz Ciência**. Francisco Beltrão: Unioeste, v. 7, n. 1, p. 11-26, jan/2005.

VIEGAS, G. C. F. S.; SARAIVA, L. A. S. Discursos, práticas organizativas e pichação em Belo Horizonte. **RAM, Rev. Adm. Mackenzie**, São Paulo, v.16, n.5, p. 68-94, set-out/2015.

WU, C. T. **Privatização da cultura: a intervenção corporativa nas artes desde os anos 80**. São Paulo: Boitempo, 2006.



Esta obra está licenciada com uma Licença Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional.